

Mailson: Anistia só com mais impostos

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, advertiu ontem, em rede nacional de rádio e TV, que a aprovação pela Constituinte da proposta de anistia da correção monetária das dívidas de pequenos e médios empresários urbanos e produtores rurais causará a desordem da economia, com aumento de impostos,

decretação de empréstimos compulsórios, emissão de dinheiro, hiperinflação e desemprego. Mailson frisou que "os trabalhadores serão os mais atingidos pelo agravamento da situação", acrescentando, ao final:

— O nível do emprego está estável. Mas, se essa medida vier a ser aprovada, ela pode afetar tudo isso, porque ela vai ser catastrófi-

ca no presente e para o futuro do País.

O pronunciamento foi provocado por uma avaliação feita pelo Governo de que é majoritário na Constituinte o apoio à fusão de emendas assinada pelo Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e pelos Deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem

partido-MG), que patrocinam a anistia financeira.

No começo da noite, o Presidente José Sarney convidou os Presidentes do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, do PFL, Marco Maciel e do PDS, Jarbas Passarinho para, em seu Gabinete, ouvirem as explicações dos Ministros da área econômica sobre as conseqüências da aprovação do dis-

positivo. Além dos Ministros da casa — aqueles que têm gabinete no Palácio do Planalto —, compareceram os Líderes do Governo no Congresso. Estes foram orientados a lutar pelo adiamento da votação, prevista para hoje. O Líder na Câmara, Carlos Sant'Anna encaminhou proposta neste senti-

ÍNTEGRA DO PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DA FAZENDA EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

'Vai ser uma catástrofe no presente e para o futuro do País'

"Boa noite.

"Eu estou aqui para falar sobre uma grave decisão que está para ser adotada pela Assembléia Nacional Constituinte. Trata-se de uma proposta de dispensa de correção monetária de dívidas de pequenos e médios agricultores, de pequenos e médios empresários urbanos. Essa medida objetivaria, ela procuraria indenizar os empresários que contrairam dívidas, financiamentos, na vigência do Plano Cruzado, e que depois entraram em sérias dificuldades financeiras devido à correção monetária sobre esses empréstimos.

"Eu gostaria de dizer que o Governo não desconhece as dificuldades que atravessam esses devedores. Problemas dessa natureza também existem e atingem outros segmentos da população, incluindo pessoas que não se dedicam à atividade econômica. Essas são conseqüências da crise que o País atravessa e que o Governo vem procurando conter com muito esforço e a todo custo. Essa crise tem origem, como nós temos divulgado amplamente, nos graves desequilíbrios das finanças públicas. O Governo está gastando mais do que arrecada. Por isso os esforços se concentram em medidas que visam a reduzir os efeitos dessa situação, desse quadro. Os efeitos do que isso vem trazendo para a vida das empresas, para a vida dos cidadãos. E para assegurar um clima de normalidade que nos torne novamente capazes de voltar a

investir, ampliar o número de empregos, dos níveis de bem-estar da população. Os bancos oficiais, atentos à sua natureza social, concentram sua assistência no pequeno e médio produtor das cidades e do campo.

"E sempre, isso é bom dizer, sempre utilizaram mecanismos próprios para auxiliar seus clientes na superação das crises. Os bons clientes nunca devem temer uma ação judicial de um banco oficial. Os bancos ampliam prazos, reduzem encargos, concedem até mesmo novos créditos, quando eles se convencem que a falta de pagamento decorreu de motivos alheios ao zelo, ao empenho, à eficiência dos devedores, dos mutuários. Mas com a medida da Assembléia Constituinte, procura-se transferir esse assunto, que é da rotina bancária, que é o dia-a-dia de qualquer banco, para o cenário do Congresso Nacional. E alguns estão convencidos de que pela via constitucional poderão cobrar dos bancos particulares uma participação nos prejuízos dos pequenos e médios empresários. Através de freqüentes declarações as autoridades têm procurado demonstrar que esse argumento não tem validade. Nós temos dito que mais de 80 por cento dos créditos concedidos a esses produtores são de responsabilidade dos bancos oficiais, tanto da área federal quanto da área estadual. E grande parte, é preciso que se diga também, dessas operações provêm de dotações do orçamento da União, portanto



A aprovação dessa proposta representará uma derrota dos contribuintes e dos trabalhadores, porque o Governo não gera recursos, ele tira de um lado e gasta do outro

eles são recursos dos contribuintes.

"O que isso significa? Significa que um perdão dessas dívidas, ou mesmo da correção monetária, representará uma perda de recursos do setor público, da sociedade, portanto, isso será forçosamente

pago pela sociedade como um todo. Não teremos outra alternativa. Nós vamos ter que ou aumentar impostos, ou aumentar a dívida do Governo, ou emitir dinheiro, e, até mesmo, fazer empréstimos compulsórios. E em qualquer dessas hipóteses, os custos atingem cifras

astronômicas, já levantadas pelo Banco Central e que o Ministério da Fazenda tem divulgado amplamente pela imprensa.

"Somente o fato dessas propostas terem sido apresentadas, e sua divulgação ter sido muito ampla, na imprensa, já vem provocando um aumento nos índices de atraso junto ao sistema bancário. Tanto os mutuários que acham que vão ser beneficiados, que estão atrasando, mas também outros, que acham que sofrerão dificuldades, poderiam entrar nesse sistema de favores. Pensam que de alguma forma vão ser também beneficiados.

"O Governo está atento à situação dos agricultores, dos pequenos empresários, dos microempresários, de todos aqueles corretos, honestos, que não estão conseguindo pagar suas dívidas por incapacidade econômica. E, como no passado, nós vamos buscar soluções, soluções que sejam compatíveis com as possibilidades do Tesouro. O Governo assegura que esses produtores não vão ficar ao desamparo. Nós vamos encontrar uma solução para eles. Mas é preciso alertar que a concessão generalizada desses benefícios, representa um ônus gigantesco à sociedade como um todo. A aprovação dessas propostas representará uma derrota dos contribuintes e dos trabalhadores, porque o Governo não gera recursos, ele tira de um lado e gasta do outro. A aprovação da anistia, em qualquer

das versões até agora anunciadas, trará reflexos imediatos no agravamento do déficit público. Isso vai trazer riscos para a ordem econômica e social. Todos os esforços que nós já fizemos no sentido de reduzir os desequilíbrios do Governo, vão por água abaixo, eles serão perdidos. E daí, o que pode acontecer? A desordem na economia. E os efeitos da hiperinflação que virá dessa desordem será um preço muito alto a pagar por toda a sociedade, inclusive por aqueles segmentos que pensam que vão resolver a sua situação através do perdão das suas dívidas. Os trabalhadores serão os mais atingidos pelo agravamento da inflação.

"Não pretende o Governo interferir nos trabalhos da Constituinte. Não é o objetivo da minha presença aqui. Nós precisamos alertar para a gravidade dessa medida e as suas conseqüências no campo econômico e social. E dizer também que agora que começam a aparecer os resultados da nova política econômica, nós domamos a inflação, não há mais o perigo da hiperinflação, todos reconhecem isso hoje. As explorações estão andando muito bem. A safra agrícola está aí mostrando a capacidade dos agricultores. O nível de emprego está estável. Mas se essa medida vier a ser aprovada, ela pode afetar tudo isso, porque ela vai ser catastrófica no presente e para o futuro do País.

"Muito obrigado e boa noite."

Sarney tenta sensibilizar os partidos

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney tentou ontem à noite, em reunião no Palácio do Planalto, sensibilizar os Presidentes do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, do PDS, Senador Jarbas Passarinho, e o Presidente de Honra do PFL, Aureliano Chaves, para os prejuízos que o País sofrerá com a aprovação da anistia da correção monetária dos débitos que os micro e pequenos em-

presários rurais e urbanos contrairam durante o Plano Cruzado.

Participaram da reunião os líderes Carlos Sant'Anna, do Governo, Marcondes Gadelha, do PFL no Senado, Saldanha Derzi, do Governo no Senado, José Lourenço, do PFL na Câmara, e os Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Batista de Abreu, e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Na reunião, o Ministro da Fazenda in-

formou que os custos da aprovação da anistia serão da ordem de Cz\$ 750 bilhões.

Ao final, Carlos Sant'Anna informou que a estratégia do Governo prevê a apresentação de uma questão-de-ordem tentando adiar a votação para o final do Título. Pelo menos por enquanto, segundo o Líder, o Governo não pretende enviar um decreto-lei ao Congresso antecipando-se à decisão da Constituinte. O De-

putado Ulysses Guimarães, conforme relato de Sant'Anna, não se manifestou sobre a possibilidade de aceitar a questão-de-ordem. "Ele apenas ouviu", disse o Líder.

Contrariando informações transmitidas pelos líderes do Governo no decorrer do dia, o Ministro Mailson da Nóbrega não quis fixar critérios para negociação na Constituinte. O Ministro alegou que a fixação de um

teto iria de encontro à política de controle de gastos do Governo.

Segundo Sant'Anna, o Governo chegou a admitir a hipótese de um teto de 100 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), equivalentes, este mês, a Cz\$ 133,7 bilhões.

A expectativa de Carlos Sant'Anna é no sentido de o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, acatar a questão-de-ordem que apre-

sentará para adiar a votação da anistia.

— Não podemos ir para o plenário correndo o risco de perder — afirmou.

O Presidente Sarney disse na reunião que é impossível para a União arcar com o pagamento das dívidas.

Sarney pediu aos parlamentares de todos os partidos que encontrem uma fórmula viável para o País.

Burro da UDR vai abrir passagem para passeata

BRASÍLIA — Muitos reprodutores de exposição teriam inveja de um burrinho de sete anos que, enfeitado por faixas de protesto, faz plantão na grama do Congresso Nacional. O animalzinho plebeu vale Cz\$ 1,2 milhão, um pouco mais que os oito hectares de terra que percorria puxando um arado para plantar o milho, o arroz e o feijão do pequeno agricultor Celso Aparecido de Moraes.

O burro foi escolhido pela UDR como símbolo do lobby que luta pela anistia das dívidas dos agricultores junto aos bancos. O burro e o agricultor foram trazidos de Parajú, um pequeno mu-

nicipio no sul de São Paulo. Desde sexta-feira, Celso goza das delícias das quatro estrelas do Hotel Aracaora e o burro da fatura de alimentos na carroceria de um caminhão da UDR.

"Sou burro mas não sou tecnocrata. Não inventei o cruzado". Diz uma das faixas colocadas sobre o lombo dele.

— O burro é a imagem do caos que se encontra o campo — diz Ronaldo Caiado, ex-presidente da UDR, que não se nega a ser fotografado ao lado do animal.

A história financeira do burro é mais do que simbólica: ele custou Cz\$ 37 mil em novembro de 1986. Celso de Moraes retirou o dinheiro no Banespa. Como não

conseguiu pagar no prazo do vencimento, vendeu, ano passado, dez vacas para saldar parte da dívida. Pagou Cz\$ 200 mil e ainda garante estar devendo Cz\$ 1,2 milhão. O banco já pediu suas terras. Mas elas valem menos que o burro. Hoje, diante do Congresso, o burro puxará uma legião de cinco mil militantes da UDR. Desde ontem, os ruralistas colocaram caminhões com sistema de som tocando músicas caipiras em alusão ao fracasso do Plano Cruzado. São cantados versos como estes: "Quem planta colhe/quem colhe vai viver/ mas quando chega o Governo/ bota tudo a perder".